Conselho de Saúde do Distrito Federal

ATA DA QUINGENTÉSIMA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, no Auditório da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde - FEPECS, realizou-se a Quingentésima Vigésima Quarta Reunião Ordinária do Conselho de Saúde do Distrito Federal – CSDF. A Reunião contou com a participação *da Secretária Executiva do CSDF,* ***Andressa Cristina de Oliveira Silva Cavalcante****, dos conselheiros* ***segmento gestor:*** *Lucilene Maria Florêncio de Queiroz, Maurício Gomes Fiorenza, Arilene de Souza Luís, Mário Dutra Amaral, Bárbara de Albuquerque Berçot, Vanessa Rocha da Silva; dos conselheiros* ***segmento trabalhador:*** *Karine Rodrigues Afonseca, Márcio da Mata Souza, Júlio César Florêncio Isidro, Humberto de Oliveira Lopes, Fátima Lúcia Rôla, Tiago Sousa Neiva, Josiane Alves Jacob Saboia, Stella dos Santos Rodrigues Krause, Jefferson de Sousa Bulhosa Júnior, Marcos Moura Santos, Carlos Roberto de Souza Filho, Wendel Teixeira Santos, Marôa Santiago Gomes; dos conselheiros* ***segmento usuário:*** *Luís Carlos Macedo Fonseca, Enóquio Sousa Rocha, Raimundo Ferreira da Silva, Darly Dalva Silva Máximo, Michel Platini Gomes Fernandes, Bianca Coelho Moura, Raimundo Nonato Lima, Larissa Bezerra da Silva da Cunha, Míriam Marques Nery, Larissa Souza Holanda Pereira, João Elias Lima Araújo, Lucas Carvalho da Silva.* A Conselheira **Fátima Rôla** iniciou a reunião às 9h35, com quórum necessário para deliberação. Informou que o Presidente do CSDF, Domingos de Brito, estava impossibilitado de comparecer por motivos de saúde. Citou o art. 18 do Regimento Interno do CSDF, que diz que as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Saúde do DF serão coordenadas pelo Presidente e, no seu impedimento, por um membro da Mesa Diretora ou por um Conselheiro eleito pelo Pleno. Informou que os três membros da Mesa solicitaram que ela própria coordenasse a reunião de hoje. Foi acatada a indicação pelo Pleno. Convidou em seguida a Conselheira Bárbara Berçot, segmento gestor, e a Conselheira Míriam Nery, segmento usuário, para compor a Mesa Diretora. Informou sobre o Curso de Capacitação dos Conselheiros de Saúde que aconteceu na Fiocruz com 64 Conselheiros de Saúde, que 40 Conselheiros se inscreveram para fazer o Curso de Capacitação, no primeiro dia 24 participaram e no segundo dia 30 participaram. Explicou para os Conselheiros que essa capacitação teve um custo e, em virtude de os conselheiros não comparecerem, principalmente os que confirmaram a presença, ficou muito ruim porque a teve que pagar o valor estabelecido, mesmo com a ausência dos conselheiros e, pelo regulamento, tinha 180 dias para fazer a capacitação. Disse que todos os Conselheiros de Saúde do Distrito Federal têm uma semana para ir à Secretaria-Executiva do Conselho e entregar o seu curso de capacitação. Disse que quem não apresentar sofrerá as sanções que o Regimento impõe. **Expediente – Pedidos de licença e justificativa de faltas dos Conselheiros –** A Secretária Executiva do CSDF, **Andressa Cristina**, anunciou as justificativas de ausência à 524ª RO recebidas no CSDF: Conselheiros (as) Clóvis, Danielle, César, Alexandra, Silvestre, Juracy, Teresinha, Inocência, Paulo, Tatiane, Meire e Silma. **Pedidos de inclusão de matéria na ordem do dia da próxima Reunião Ordinária do CSDF –** A Conselheira **Bárbara Berçot** solicitou inclusão de uma apresentação sobre a Política Distrital de Atenção Integral à Doença Falciforme, além de uma fala também da própria Associação Brasiliense de Pessoas com Doença Falsiforme. O Conselheiro **Jefferson** solicitou inclusão de item sobre a Mesa de Negociação. **Pedidos de inclusão, na ordem do dia, de assunto emergencial devidamente justificado e aprovado por maioria –** O Conselheiro **Luís Carlos** explanou acerca da situação do Hospital Regional da Ceilândia, propondo que o caso seja encaminhado ao Conselho de Ética. Disse que é de suma importância o Controle Social ser respeitado e ser, por qualquer desvio, chamado. Disse que o Conselho Regional de Ceilândia, pela sua atuação, fez uma representação junto ao Ministério Público, 1ª Promotoria de Justiça, na pessoa de Sua Excelência Vinícius Bertaia, contra a Superintendência da Região Oeste de Saúde. Disse que, em suma, o que se consta cobrando responsabilidade do ente público do gestor para promover e participar de debates voltados à implementação da gestão participativa onde, entre aspas, não houve adesão por parte da gestão conforme deliberação da plenária do Conselho 16 de abril deste. Citou uma série de fatos que estão ocorrendo no HRC. Disse que no dia 15 próximo passado o Ministério Público intimou o Conselho de

Saúde do Distrito Federal, chamou a Presidente do Conselho Regional de Saúde e o SINDVACS na qual ela é a representação da Instituição, para tratar do Conselho Regional de Saúde de Ceilândia e comunicação com a Superintendência Regional de Saúde da Região Oeste para buscar solução de diálogo. Disse que, em contrapartida, o Conselho Regional de Ceilândia encaminhou a Mesa Diretora um Ofício ou memorando com assunto substituição da representação do SINDIVACS no Conselho que é a Presidente. Disse que então reuniram-se na Secretaria de Saúde a Mesa Diretora do Conselho e o SINDIVACS tratando da conduta dessa Presidente do Conselho Regional de Saúde, sem chamá-la, sem citá-la e sem ouvi-la, e isso não é Controle Social exercido por essa Mesa Diretora, e por detrás tira, pede a substituição dessa Conselheira junto ao SINDIVACS. Disse que o SINDIVACS, por hora, não quer se manifestar e nem pedir sindicância porque tem uma tal gratificação que a Secretaria vai dar evidentemente numa troca de favores. Disse que vai passar para os Conselheiros tudo que está em seu favor, e que não se pode compactuar, porque a pessoa é julgada, é taxada, condenada, sem ser citada e sem ser ouvida. Disse que não se pode compactuar porque o Controle Social é uma coisa séria, não tem que julgar nada por debaixo, nem excluir e nem fazer acordos obscuros. Disse que a pauta é que seja encaminhado urgentemente para o Conselho de Ética para que sejam feitas as diligências, ouvidas as partes envolvidas, se encaminhem, seja feito um processo e que as pessoas envolvidas não participem dessa Comissão. A Conselheira **Fátima Rôla** informou que Secretária estava chegando e na hora que ela chegasse iria fazer a justificativa do que aconteceu. Disse que não era bem assim do jeito que o Conselheiro colocou, que já pediu até para fazer documento para Mesa Diretora sobre essa questão e o Conselho de Ética também estará atuando nessa questão. Disse que o Ministério Público convocou o Presidente Domingos, a Conselheira e um representante da Secretaria de Saúde que estiveram presentes, mas, como isso não é pauta emergencial, será discutido e quando a Secretária chegar será dito o que aconteceu, o desenrolar desse assunto. **Apresentação de convidados (as), bem como de novos (as) conselheiros (as) ao Plenário.** A Conselheira **Fátima Rôla** informou que o Núcleo de Educação Popular, Cuidado e Participação em Saúde está desenvolvendo um curso de formação de agentes populares da juventude do Distrito Federal e hoje eles solicitaram que fossem recebidos aqui os alunos que estão no curso de formação. A Secretária Executiva do CSDF, **Andressa Cristina**, procedeu à leitura do Termo de Posse da Conselheira Larissa Bezerra da Cunha Silva, representante da Rede feminina de Combate ao Câncer de Brasília. A Conselheira **Larissa Cunha** efetuou breve apresentação. **Manifestação ou pronunciamento dos Conselheiros inscritos –** O Conselheiro **Enóquio** disse que a SES aceitava os pedidos de exame da rede privada e agora veio uma ordem que não está aceitando mais. Citou a falta de pediatras no CO do Gama, e que é preciso resolver urgentemente esse problema. O Conselheiro **João Elias** citou a prevenção do HIV, informando a falta de preservativos e gel femininos e questionando com quem deve falar para resolver essa questão. Citou a falta de infectologistas em Taguatinga. Questionou a razão das UBS não regularem os exames e as consultas que vem do IGESDF ou das UPAS. O Conselheiro **Raimundo Ferreira** questionou se quem fez o curso deve apresentar o certificado também. Solicitou inversão de pauta, que o item 10 fosse colocado como item 1. O Conselheiro **Luís Carlos** disse que o Controle Social tem que ser transparente e as pessoas envolvidas em determinadas situações tem que ser convocadas e as partes se interagirem, e haver uma decisão sobre tal determinação. Disse que no território da Ceilândia o Conselho de Saúde Distrital ele tem que respeitar a autonomia do Controle Social da região, que é o controle do Conselho Regional de Saúde da Ceilândia. Disse que fez uma representação contra o Superintendente, porque ele não participa das reuniões, não acolhe as sugestões para que a comunidade seja mais bem acolhida e as políticas desenvolvam de uma forma em virtude da comunidade. Disse que o Ministério Público vai buscar uma conciliação junto à Superintendência. Citou caso que está sendo fiscalizando o contrato da lavanderia, além das verbas parlamentares enviadas pelos deputados que não tem prestação de contas. Disse que isso é o trabalho desenvolvido pelo Conselho Regional de Saúde, o qual está sendo pichado, as suas pessoas desrespeitadas, e estão fazendo juízos sem a presença, sem convocar a pessoa para deliberar sobre a sua conduta. Solicitou que seja encaminhado, como ela remeteu um ofício, memorando, ao Conselho de Saúde do Distrito Federal, ao Conselho de Ética do Conselho Distrital e que sejam feitas as devidas diligências convocando as pessoas relacionadas no referido processo. **Ordem do dia - Item 1 – Aprovação das Atas 520ª RO, 521ª RE e 522ª RO**. Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. A Conselheira **Fátima Rôla** informou que não houve solicitação de alteração nas atas encaminhadas previamente aos Conselheiros e colocou em votação a aprovação das atas. Foram aprovadas. **Item 2 – Apresentação e aprovação da Pauta da 524ª Reunião Ordinária do CSDF -** Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. A Conselheira **Fátima Rôla** apresentou a pauta da 524ª RO ao Pleno, informando que o Conselheiro Raimundo Ferreira já havia solicitado inversão. O Conselheiro **Júlio Isidro** solicitou inversão de pauta, que o item 9 passasse para item 2. A Conselheira **Lucilene Florêncio**, Secretária

de Estado de Saúde, citou a marcha dos prefeitos que estava ocorrendo em Brasília. Solicitou inversão de pauta, que o item 10 passasse a item 4. A Conselheira **Fátima Rôla** disse que poder-se-ia manter a pauta do formato que está ou fazer alteração da pauta conforme foi solicitado. Colocou em votação quem concordava com a manutenção da pauta. Colocou em votação em seguida a inversão de pauta solicitada. Explicou que na inversão de pauta foi solicitado que o primeiro item a ser discutido será o TMO e o segundo será o PDS. Foi aprovada a pauta com as inversões solicitadas. **Item 3 – Atualizações da 2ª Conferência Distrital de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde – CDGTES: - Aprovar a Resolução *ad referendum* CSDF nº 607 – Regulamento da 2ª CDGTES.** Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. A Conselheira **Fátima Rôla** informou que já ocorreram duas Conferências de regiões de saúde, a Central e a Norte, com uma boa participação, e que inclusive tem delegados eleitos aqui no pleno. Disse que ocorrerá ainda no dia 23 a da região Centro Sul, no dia 23 também a da região Sul, a da região Leste dia 25, região Oeste dia 28 e região Sudoeste dia 29. Pediu aos Conselheiros que estavam no Pleno que participem e contribuam com essas Conferências pois é importante a presença e contribuição com o debate nessas regiões. Colocou que foi aprovado por *ad referendum* o Regulamento da 2ª Conferência de Gestão e Saúde do Trabalho, que já foi publicado no Diário Oficial, justificando que a Comissão precisava publicar o Regulamento devido ao início das Conferências das regiões de saúde. Convocou em seguida os membros da Comissão da TMO para efetuar apresentação, Conselheiros (as) Márcio da Mata, Carlos Roberto, Raimundo Ferreira, Lucas, Domingos de Brito, João Elias, Arilene e Maurício Gomes. **Item 10 – Apresentação de parecer e de minuta de Resolução referente ao Processo SEI nº 00060-00534012/2023-14 – Contratação de serviço complementar especializado de Transplante de Medula Óssea - TMO.** Coordenação: Mesa Diretora. Expositor: Comissão de Contratos. O Conselheiro **Márcio da Mata** iniciou a apresentação explicando o funcionamento da Comissão. Disse que iria ser apresentado primeiramente o Parecer, que representa o estudo técnico de toda a situação histórica que foi observada que resultou nesta situação, de um serviço complementar, que tem previsão legal, com todas as situações pertinentes ao que tem na lei 8.080 e 8.142. Disse que com esse estudo se evoluiu para a confecção da Resolução. A Conselheira **Arilene** apresentou o Parecer ao Pleno, favorável à aprovação da Resolução para permitir o credenciamento desse serviço. O Conselheiro **Márcio da Mata** apresentou a minuta da Resolução, expondo considerações acerca do tema. A Conselheira **Karine** destacou que poder-se-ia melhorar o parágrafo da Recomendação de instruir a Secretaria de elaborar o serviço próprio, de casar com uma Comissão, porque a Secretaria de Saúde precisa ter um plano de educação para desenvolvimento dessa tecnologia no âmbito do sistema de saúde, e não vai ser no Base porque o Base é IGESDF. Disse que a Secretaria de Saúde é norteadora da educação e saúde, de educação permanente, de educação e serviço, de capacitação e serviço, e é responsabilidade da Secretaria de Saúde. Disse que se a Secretaria de Saúde hoje avalia que existe uma defasagem dos profissionais ela precisa conformar um grupo de estudo, um grupo de trabalho para elaboração, nesse prazo de 12 meses, da inauguração de um serviço de TMO no HRT ou em um dos hospitais que vão ser inaugurados. Disse que em 12 meses não consegue capacitar a robusta tecnologia, mas é preciso começar, então gostaria de instruir a SES a proceder a melhoria e ampliação da oferta dos serviços com a criação de Grupo de Trabalho para planejamento de, no período de 12 anos, ter um projeto para apresentar para esse Conselho sobre o desenvolvimento do serviço de TMO junto à Secretaria de Saúde, no serviço da Secretaria de Saúde. A Conselheira **Arilene** respondeu ao destaque. Disse que conforme estava sendo discutido, quando a Comissão vê e lê a necessidade da contratação, achou meio complicado colocar o intervalo de 12 meses, porque vai ter o Grupo de Trabalho instruir os profissionais da SES, mas para ter qualquer Centro Transplantador não depende só da Secretaria de Saúde, tem ainda que capacitar equipe, pedir habilitação junto ao Ministério da Saúde e vai ter a avaliação dessa equipe. Disse que pode colocar instrução da SES de um plano, mas achou que o prazo fica meio complicado se colocar 12 meses. A Conselheira **Lucilene Florêncio**, Secretária de Estado de Saúde, comentou o destaque feito. Disse que é preciso focar no que se tem hoje no Distrito Federal, uma situação que o custo está elevadíssimo para os transplantes alogênicos, então o que é preciso centrar aqui no Conselho, o que foi o que foi feito no trabalho da equipe que brilhantemente fez essa construção, que o momento do Distrito Federal é que se tem transplante autólogo no HCB e HUB. Disse que o Hospital de Base/Instituto de Gestão Estratégica tem uma equipe capacitada e estruturada que precisa de alguns ajustes, e eles enviaram um ofício à Secretaria de Saúde se propondo, disponibilizando a realização do transplante autólogo no Instituto de Gestão Estratégica/Hospital de Base, então o que é preciso focar aqui é por que se trouxe uma minuta e por que foi feito o trabalho. Disse, em primeiro lugar, porque é preciso ter um instrumento seguro, um

mecanismo jurídico que dê segurança para sair do processo indenizatório, porque hoje está em um processo indenizatório que é alto custo e que não traz segurança à população do DF, em segundo lugar os transplantes que hoje se tem no Hospital da Criança até 18 anos são os autólogos e eles estão prontos para começar a fazer os alogênicos, então, do ponto de vista pediátrico, tem o Hospital da Criança, do ponto de vista adulto, é o que foi trazido aqui para o Conselho, tem vários serviços no Distrito Federal que realizam autólogos e homólogos, ou seja, os alogênicos de aparentado e não aparentado e os autólogos. Disse que o que foi trazido para o Controle Social, para a construção de políticas públicas é o Pleno do Conselho, segmento gestor, trabalhador e usuário, aprovar a complementariedade dada a incapacidade de a Secretaria de Saúde fornecer esses transplantes à população do DF, para parar de estar fazendo TFD. Arguiu se o Conselho de Saúde, o pleno segmento gestor, trabalhador e usuário entende que é preciso ao longo do tempo fazer uma construção para reforçar esse serviço. Disse que o que está propondo, e a minuta traz, é a necessidade da complementariedade e uma tabela que vem ao encontro de uma necessidade do Distrito Federal, considerando que a SIGTAP é uma tabela referencial. Disse que tem muita tranquilidade em falar que é uma tabela referencial porque isso é uma discussão que vai além de tudo que se está falando aqui que se chama sub financiamento do Sistema Único de Saúde. Disse então que tem hoje uma tabela que não atende aos custos, um transplante alogênico, que é custeado ao valor de 84.000 pelo Ministério da Saúde, pode chegar a 300.000 reais. Disse que o Distrito Federal precisa da complementariedade porque já está fazendo essa complementariedade hoje. Arguiu se o Pleno do Conselho entende que é preciso fazer a complementariedade dessa tabela para que não esteja transportando os pacientes para outro local. Disse que não estão sendo discutidos os valores, que sempre entendeu que o Controle Social discute a necessidade de complementariedade ou não, e tabela e valores não é aqui o local de se discutir valores. Disse que hoje o trabalho de excelência que foi feito pela Comissão é que todos os transplantados, as associações, os pacientes, eles pedem que o Distrito Federal tenha a complementariedade e saia do indenizatório de TMO, órgãos sólidos que já está no final da pesquisa de preço, para fazer a construção da tabela, passar no colegiado e vir para o Pleno do Conselho. Disse que hoje está tratando especificamente do TMO para sair do indenizatório, não é seguro para nenhum paciente do Distrito Federal e também não é confortável para ela estar autorizando, pagando valores exorbitantes, pagando passagem, pagando estadia, o transtorno das famílias saírem daqui. Disse que irá complementar através de um edital, de um chamamento público, e que os serviços que sejam capazes e que estejam habilitados serão pela melhor técnica o menor preço, e que esse serviço atenderá a Secretaria de Saúde. Disse que, paralelamente, a Secretaria de Saúde fará a construção. Concordou quando a Conselheira Arilene disse que não pode quantificar, não pode dizer o tempo que vai estar pronto, porém hoje o entendimento é de que é preciso aperfeiçoar uma capacitação, uma construção de uma equipe, mas o Hospital de Base se dispõe a fazer algumas composições e são capazes de ofertar algo para complementar o que se tem de carência. Disse que o que se propões não é assumir tudo, mas um edital de chamamento pela melhor técnica e o menor preço, e que a população do Distrito Federal possa ter assistência. Disse que não há dúvida de que hoje não se tem um serviço aqui que seja capaz de atender a população. Questionou então se é necessário complementar, afirmando que vários serviços no Distrito Federal fazem o transplante alogênico, se os valores subsidiados pelo Ministério da Saúde são aquém da nossa necessidade, sim, para o Distrito Federal são aquém e para todos os Estados porque é uma tabela nacional, e o Distrito Federal tem uma característica peculiar, aqui tudo tem um custo maior, então por isso pede aos Conselheiros que esteja sendo avaliado. Considerou perfeita a contribuição da Conselheira Karina no sentido de que é preciso construir a nossa história e construir a nossa equipe, e nos tornarmos independentes porque somos gigantes e somos capazes, mas hoje são mais de dois anos que a Secretaria de Saúde, do ponto de vista de transplante alogênico, vem levando para outros Estados, e não existe fila de autólogo. A Conselheira **Fátima Rôla** colocou os dois textos para votação nominal, o texto original e o texto com o destaque efetuado no art. 5º acrescentando “apresentando ao pleno do Conselho em um período de 12 meses, a contar a data de aprovação da Resolução, o planejamento/viabilidade para o desenvolvimento de serviço de TPO na rede SUS”. Votaram pela manutenção do texto original os (as) Conselheiros (as): Lucilene Florêncio, Maurício Fiorenza, Arilene, Mário Dutra, Vanessa Rocha, Tiago Neiva, Marcos Moura, Wendel Teixeira, Enóquio, Darly Máximo, João Elias e Raimundo Ferreira, votaram pela Resolução com a alteração proposta os (as) Conselheiros (as) Bárbara Berçot, Karine Afonseca, Júlio César, Josiane Alves, Stella Krause, Luís Carlos, Michel Platini, Bianca Coelho, Raimundo Nonato, Larissa Bezerra, Larissa Souza, Lucas Carvalho e Fátima Rôla. Anunciou em seguida o resultado com a aprovação do texto com a alteração proposta. **Item 9 – Apresentação de parecer e de minuta de Resolução referente ao PDS 2023/2027.** Coordenação: Mesa Diretora. Expositor: Comissão de Instrumentos. O Conselheiro **Júlio**

Isidro iniciou a explanação do tema informando que a Comissão ficou disponível para receber as críticas, sugestões e inclusões de todos os conselheiros até o dia 7 para que pudesse ter até o dia 14 a análise dessas sugestões e críticas, e a manutenção da reunião com a própria SUPLANS para estabelecimento de metas. Disse que recebeu somente do GT de Oncologia para poder fazer alguns acréscimos e sugestões, e da questão do Hemocentro, da parte da Hemoterapia, que era o que ficou faltando no dia da apresentação da SUPLANS. Disse que, embora a Comissão tenha paridade, nas reuniões todas que foram realizadas observou sempre a ausência de 60% a 70% dos Conselheiros. Apresentou em seguida o Parecer, favorável à aprovação do Plano Distrital de Saúde garantindo as alterações propostas pela SUPLANS. O Convidado **Lucas Bahia**, Coordenador de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional - CPLAN, fez comentários sobre dois indicativos do PDS. Disse que recebeu da Comissão esses indicativos, principalmente relacionados à área de oncologia e a área de hemoterapia do hemocentro, no qual acatou toda a análise situacional, o panorama do hemocentro e os dois indicadores. Disse que foram apresentados inicialmente quatro indicadores, mas como o plano distrital é mais estratégico definiu que dois indicadores iriam para o plano e os outros dois poderiam ser acompanhados pelo planejamento estratégico do hemocentro. Disse, referente às doenças crônicas, que são dois indicadores na verdade, razão de exame de mamografia e rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos e razão de exames citopatológicos do colo de útero em mulheres de 25 a 64 anos. Disse que, no âmbito da oncologia, esses dois indicadores foram considerados pela área técnica como estratégicos, não desconsiderando os demais indicadores da oncologia. Disse que o plano de oncologia está findando agora, a elaboração de 2024 a 2027, é um plano temático, pela ASCAN da Secretaria de Saúde, agora no mês de julho, então constarão outros indicadores no campo tático operacional no âmbito da oncologia. Disse que esses dois seriam os indicadores mais estratégicos. Disse que o Conselho, de forma assertiva, indicou que a meta do indicador de razão de exames de citopatologia estava muito abaixo do que foi pactuado de meta no exercício anterior, no ciclo anterior. Fez outras considerações acerca das metas. O Conselheiro **Júlio Isidro** fez a apresentação da minuta da Resolução. O Conselheiro **Tiago Neiva** fez proposta de inclusão, que o conjunto de indicadores, tanto do relatório anual de gestão quanto os quadrimestrais, sejam apresentados num painel de dados específico e, segundo foi informado pela área de planejamento da Secretaria de Saúde, os painéis de dados estão já prontos e serão implementados em breve. Disse que a proposta em discussão foi que houvesse kits de indicadores ou temas de indicadores de acordo com os segmentos que tem no Conselho, e que cada segmento acompanhe especificamente. Disse que a ideia é que cada Conselheiro, de cada segmento, tenha condições de acompanhar os seus indicadores de maior prioridade e de maior relevância de maneira muito mais próxima. A Conselheira **Karine** chamou a atenção dos Conselheiros, em especial os conselheiros trabalhadores e usuários, sobre a responsabilidade quanto a conhecer aquilo que é caro no PDS, e é importante o RDQA - Relatório de Atividade Quadrimestral passar pelo Conselho porque até então ele estava passando somente pela Câmara Legislativa. A Conselheira **Fátima Rôla** informou que seria colocado em votação os dois textos, o original e o com os destaques apresentados. O Convidado **Lucas Bahia**, SUPLANS, fez esclarecimentos acerca do painel de indicadores e outros itens. Disse, quanto à proposta que foi sugerida agora pelo Conselheiro Tiago, que tem um *time* e tem todo um desenvolvimento para fazer, e é lógico que tem limitações de execução e limitações de execução de gestão. Disse que o que foi pactuado no relatório do RAG de 2022 seria o painel de indicadores do Plano Distrital de Saúde, esse painel já foi feito e ele vai implantar tudo certinho. Disse, porém, que o painel de indicadores temáticos para atendimento aos segmentos do Conselho tem que ser desenvolvido com áreas técnicas da Secretaria. A Conselheira **Fátima Rôla** colocou em votação nominal o texto original e o texto com a alteração proposta pelo Conselheiro Tiago. Foi aprovada a proposta com a alteração solicitada. Votaram pela manutenção do texto original os (as) Conselheiros (as) Lucilene Florêncio, Maurício Gomes, Arilene Luís, Mário Dutra, Bárbara Berçot, Vanessa Rocha, Júlio Isidro, Enóquio Sousa e Darly Máximo. Votaram pelo texto com a alteração os (as) Conselheiros (as) Karine Afonseca, Tiago Neiva, Josiane Alves, Stella Krause, Carlos Roberto, Wendel Teixeira, Luís Carlos, Michel Platini, Bianca Coelho, Raimundo Nonato, Larissa Bezerra, Larissa Sousa, João Elias e Lucas Carvalho. Foi aprovado o texto com a alteração solicitada, por 14 votos favoráveis contra 9 votos pelo texto original. **Item 5 – Tendas da Dengue.** Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. Expositor: Gestão da SES-DF. A Conselheira **Lucilene Florêncio**, Secretária de Estado de Saúde, fez a apresentação do item ao Pleno. Disse que as tendas são um convênio, uma modalidade de chamamento público, e esse trabalho foi iniciado no dia 11 de abril com a abertura da primeira tenda, a do Guará. Disse que no chamamento, na modalidade convênio, já constava que eram 60 dias e esse prazo será de 60 dias não havendo nenhuma discussão e nenhuma tratativa de prorrogação desses serviços, desses atendimentos. Disse que acompanha diariamente o número de atendimentos. Citou

em seguida dados referentes aos atendimentos nas tendas. Disse que tem 11 tendas, uma tenda contratada na modalidade convênio, sem possibilidade de prorrogação, cada tenda com uma duração de 60 dias e a primeira tenda foi a tenda do Guará, iniciada em 11 de maio, e as seguintes foi uma semana depois das primeiras. Disse que ontem recebeu algumas dúvidas, alguns pedidos de esclarecimento tanto do Tribunal de Contas como do Ministério Público e, para sua surpresa, não há um entendimento realmente de que, primeiro, a modalidade convênio é feito o pagamento para que o serviço seja entregue, então não houve pagamento de contratado, não é a modalidade contrato é a modalidade convênio. Citou outro ponto, que há uma dúvida e uma mistura entre o que é a tenda que iniciou, que foi no momento emergencial, as tendas do SAMU, as tendas do bombeiro, as tendas infláveis com servidores da Secretaria, e é fato que não se tinha uma força de trabalho que poderia manter as unidades básicas, os hospitais e as tendas, motivo pelo qual tinha que entender que toda a segurança jurídica, todo o normativo tinha que ser seguido, por isso foi iniciado em 11 de abril. Disse que há alguns questionamentos do tempo, do *time*. Disse que as tendas com os servidores da Secretaria fizeram seu papel e os servidores foram chamados a contribuir e, com muita valentia, aguerridos, mantiveram até o dia de chegar as tendas da modalidade convênio. Disse que foi feita uma pesquisa de preço de atendimento no Brasil todo. Disse que houve uma visita, uma reunião na Secretaria de Saúde, uma visita do Conselho Regional de Medicina às tendas, e foram feitos apontamentos, mas quando estava já no processo de montagem das novas tendas foi comunicada, num sábado pela manhã, da interdição das tendas que ainda estavam abertas, que eram seis. Disse entender que é um papel dos órgãos de controle, do Conselho Regional de Medicina, que entendia que não era um local salubre, mas imediatamente foram instaladas, aliás já estavam em processo de instalação. Disse ser importante dizer que todo esse material das tendas, desde piso como contra piso, veio uma parte de Santa Catarina, outra parte veio do Paraná, então vieram de carreta porque aqui no DF não tem a produção desses encaixes. Disse que isso tudo é importante para que se entenda que o Distrito Federal carece de toda essa infraestrutura e, muitas vezes, não entrega no tempo que é ideal, mas é o tempo que é possível pela nossa conformação de ser uma cidade administrativa. Respondeu ao Conselheiro João, que primeiro não tem falta do gel lubrificante, o estoque é de 350.000 na farmácia central, o preservativo feminino tem também, é entregue pela SVS, tem 6.500 na farmácia central. Disse que comprou uma quantidade de fraldas que sequer as indústrias têm como fabricar e, pontualmente, foi na UBS de Samambaia que houve a queixa de que realmente não havia fralda, então pediu uma reflexão de como é que a rede toda tem a fralda e a fralda falta exatamente em um único local. Disse que tem que olhar para a região e entender que isso é uma questão de logística local, então não pode transferir essas faltas apenas na dificuldade de aquisição, também tem que cobrar, e pediu ajuda a também fazer com que os gestores e as regiões de saúde e as URDs, os gestores também tem que ter esse olhar ampliado para não deixar faltar. Disse que não é possível que tenha um insumo na farmácia central, no estoque central, e falte na região, que isso é problema de gestão local. Disse que tem feito reiteradas respostas à imprensa, às três maiores emissoras, o tempo inteiro falando. Agradeceu ao Subsecretário de Logística, que colocou a face dele para mostrar que tem estoque. Disse que é esse o papel que os Conselhos Regionais de Saúde Regional devem buscar, essa excelência na gestão local. Respondeu, com relação aos infectologistas, que tinha três infectologistas na fila do concurso, apenas três, que ainda não tinham sido chamados e foram nomeados e esses três tomaram posse, um foi para o Hospital Regional de Sobradinho, o outro foi para o Hospital Regional de Taguatinga e o outro foi para a Policlínica de Ceilândia. Citou a questão da regulação, os pedidos do IGESDF nas UBS, que é preciso entender que o Instituto de Gestão Estratégica trabalha na alta complexidade e a porta de entrada é a Unidade Básica de Saúde, cujo serviço está com a Secretaria de Saúde, então o que é preciso é organizar. Disse que irá tratar desse tema. Disse, em relação ao apontamento do Conselheiro Luís, que a Mesa Diretora tratou de um tema que é sensível em relação às conduções, referindo-se a processos de trabalho. Disse que o Conselho de Saúde não é um fórum para discutir quem vai ser gestor ou quem não vai ser o gestor ou reunir lideranças comunitárias, procurar lideranças para trocar gestor. Disse que isso não é papel do Controle Social, o Controle Social é um fiscal das políticas públicas, mas não é um pleno, não é um fórum para se trocar gestor ou se construir movimentos para mudar gestor. Disse que a Mesa Diretora se reuniu, considerando que o tema está no Ministério Público, e conversou com a entidade que indicava o trabalhador, e foi questionado se aquela condução é a condução que representa aquela entidade. Disse que ouviu da entidade que não os representa uma condução dessa forma, por isso a entidade, por decisão, solicitou a substituição do representante, e isso é facultado a todas as entidades, mudar o indicado a qualquer tempo se não estiver os representando. Disse que essa é uma tratativa que será longa, mas é preciso entender que Conselho de Saúde não é o fórum para ficar solicitando uma vaga reservada em todos os equipamentos. Disse que tudo será discutido, não há nenhuma tratativa escusa,

obscura ou antiética. Disse que desde a criação do Sistema Único de Saúde nunca viu Controle Social se unir a lideranças para indicar gestor de equipamento público. Reforçou que os cargos são de livre nomeação e exoneração do Chefe do Executivo e isso não cabe a Controle Social. Respondeu, a respeito da lavanderia do Hospital da Ceilândia, que quatro Hospitais hoje já tem o serviço contratado, e esses serviços contratados são importantes pelo fato de não ter uma força de trabalho, um RH para manusear as máquinas e ter uma condição de conhecimento do manuseio das máquinas. Disse que a Secretaria de Saúde utilizava na maioria dos locais os reeducandos para manusear as máquinas e os produtos para limpeza. Disse que acompanhou, desde 2003/2004, movimentos muito fortes no Gama quando tinha muita dificuldade com lavanderia e isso foi perdurando em vários hospitais e hoje o Hospital de Ceilândia, vindo junto com Planaltina, com Paranoá, com Sobradinho, que têm esse serviço de lavanderia, também tem agora a lavanderia. Disse que empresa teve dificuldade na entrada e está sendo multada pela questão de logística, isso em relação à Ceilândia. Citou dados relativos ao abastecimento de lençóis. Disse que teve que responder a órgãos de imprensa que o próprio Conselho procurou blogs para dizer que não haveria vacina no sábado, no dia D, em Ceilândia, e então teve que mostrar todos os locais onde haveria vacina. Disse que isso não pode acontecer, isso é uma coisa ainda mais grave, isso é *fake News*. Disse que é preciso entender o nosso o nosso valor, a nossa importância e o nosso poder de informação e convencimento à população e no sentido da construção das políticas públicas. Disse querer que se trate desse tema, até porque já está em outras esferas, mas em nenhum momento a Mesa Diretora pediu absolutamente nada e muito menos a Secretária de Saúde, e isso foi avisado pelo próprio sindicato ao indicado do Conselho. Conselheira **Stella** fez considerações. Disse que essa questão é muito sensível, primeiro porque diz respeito à atuação do Controle Social, então a Secretária falou que houve questões de condutas questionáveis, pelo que foi colocado, de indicação de gestores, de colocar que não ia ter vacina, de pedir alguns favorecimentos de privilégio de estacionar, de estacionamento, deixando bem claro. Disse que o que chegou para ela foi um documento que chegou para o Luís e ele mostrou hoje, foi um documento do Ministério Público onde não cita nada disso, onde cita só que o Domingos compareceu lá no Ministério Público, e a Presidente do Conselho foi convocada lá para prestar esclarecimentos acerca da conduta dela. Disse que tem um Conselho de Ética no Conselho de Saúde do DF, e tem Conselhos de Ética em todos os Conselhos Regionais, então o que não pode acontecer é o direito ser extrapolado, o direito ser desrespeitado. Disse que todos estão aqui como Controle Social e todos tem a responsabilidade de garantir que as pessoas tenham o direito à ampla defesa e ao contraditório. Disse que não sabe como essas denúncias chegaram até a Mesa, mas espera que tenham chegado de maneira oficial, porque tudo que não chega de maneira oficial é fofoca. Disse, partindo do princípio de que não tenha havido questões oficiais, que é leviano que se tome qualquer atitude. Disse que se sentiria completamente ofendida e prejudicada se fosse chamada para ser questionada acerca do seu comportamento, sem antes ter tido o direito à ampla defesa do contraditório. Disse que está partindo do princípio do que chegou para ela, de que a conselheira em questão não teve direito à ampla defesa e do contraditório, ela já chegou no Ministério Público para dar esclarecimentos acerca de sua conduta, e que a entidade dela já chegou dizendo para ela que tinha sido chamada para esclarecimento em relação a conduta dela. Disse que isso é muito sério, vai muito além do Controle Social, extrapola o direito à ampla defesa e o contraditório, que é constitucional. Disse que o que pode estar acontecendo com o Conselheiro hoje pode amanhã estar acontecendo com qualquer um, então enquanto Controle Social tem que ter muita responsabilidade, muito cuidado, não é só uma conversa com a entidade, tem que ter muito cuidado. A Conselheira **Karine** disse que a Mesa Diretora terá que avaliar uma Reunião Extraordinária porque não vai conseguir vencer a pauta hoje. Disse, sobre as tendas da dengue, que pelo que foi avaliado Planaltina está com mais atendimento e Varjão com menos atendimento, só que no INFOSAÚDE, quando vai olhar, hoje saiu daquela curva epidemiológica de vinte e poucos por cento dos atendimentos e está agora, na semana 20, na curva reversa com 2,54%. Questionou qual o perfil epidemiológico que as 11 tendas têm de atendimento e qual a previsão de desmobilização das tendas. Disse, em referência a dermatologia na região norte, que hoje tem 2600 pessoas na fila para atendimento em dermatologia na região norte, que ficou sem dermatologista desde 2022 e desde então a regulação, os chefes tem mantido esforços para entender o porquê. Disse que teve acesso ao processo que vem correndo desde 2022, que tem 2600 pessoas hoje na fila da regulação sendo que dessas 198 são casos de câncer. Disse que já teve várias pactuações com a região central, com a região do HMIB, mas essas estão sendo insuficientes para dar vazão à fila. Disse que hoje, a DIPMAT nesse processo apresentou quanto de dermatologista tem na rede, 22 dermatologistas no HMIB, 12 na central, 2 na centro sul, 1 na Ceilândia, 1 na leste que está lotado Núcleo de Avaliação do SUS, 4 na Sudoeste e 12 em Brazlândia. Disse que tem 44 dermatologistas hoje na Secretaria de Saúde e nenhum dermatologista lotado na Norte e nenhum na sul. Disse que hoje a SUGEP também colocou

no processo que tem 2 dermatologistas esperando nomeação, mas acha que a Secretaria de Saúde não consegue nem justificar essa nomeação porque tem 44 dermatologistas hoje na rede mal distribuídos. Disse que vai acompanhar de perto esse caso e quer uma resolução para a sua região. O Conselheiro **Tiago Neiva** fez considerações. Disse que os Conselheiros têm uma competência espetacular para contribuir para a boa gestão do SUS. Disse que tem convicção da boa-fé da atual gestão da saúde no Distrito Federal. Destacou a necessidade da atuação com responsabilidade e foco. Citou a importância dos indicadores assistenciais e do painel de dados temático. Disse que não há interesse dos médicos serem profissionais da Secretaria de Saúde hoje e a própria Secretaria de Saúde tem sofrido com a concorrência do IGESDF e muito mais ainda do Hospital da Criança. Disse que é legítimo que alguém queira ganhar mais pelo trabalho que executa e hoje o médico ganha mais de duas vezes o valor que ele ganha na Secretaria de Saúde. Disse que não vai haver dermatologista, a média salarial do dermatologista é três vezes o que a Secretaria de Saúde paga hoje. **Item 7 – Indicação de três Representantes de Participante de Pesquisa - RPP para o Comitê de Ética e Pesquisa CEP/FEPECS e um Representante de Participante de Pesquisa – RPP para o Comitê de Ética e Pesquisa CEP/HFA.** Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. A Conselheira **Fátima Rôla** disse que é necessária a indicação de três usuários para Representantes de Participante de Pesquisa - RPP para o Comitê de Ética e Pesquisa CEP/FEPECS, um Representante de Participante de Pesquisa – RPP para o Comitê de Ética e Pesquisa CEP/HFA, e mais um representante para a UDF. Foi indicado o Conselheiro João Elias para o HFA. Repassou as indicações restantes para a próxima reunião. O Conselheiro **Raimundo Nonato** disse que já faz parte dessas representatividades e que acha muito importante que o usuário se levante e vá para essas representatividades. **Item 6 – Devolutiva das Resoluções CSDF nº 566, 576, 578, 582, 583, 585, 588, 589, 590, 591, 594.** Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. Expositor: Gestão da SES/DF. A Conselheira **Lucilene Florêncio**, Secretária de Estado de Saúde, fez a devolutiva das resoluções, em conjunto com o Convidado Vítor, Subsecretário de Compras e Contratações da Secretaria de Saúde. **Item 8 – Apresentação das Recomendações nº 3/2024 – 3ª PROSUS e nº 4/2024 – 3ª PROSUS.** Coordenação: Mesa Diretora. A Conselheira **Fátima Rôla** informou ao Pleno o recebimento de dois ofícios da 3ª PROSUS, um abordando UTI e o outro, maternidade. Fez em seguida a leitura dos ofícios. Informou que os encaminhou aos Conselheiros. Conselheira **Lucilene Florêncio**, Secretária de Estado de Saúde, fez as suas considerações finais. A 524ª RO foi encerrada às 12h59. Foi lavrada a presente ata por mim, Ítalo de Araújo Verlangieri, secretário *ad-hoc*, para posterior apreciação e assinatura dos Conselheiros. Brasília, 24 de maio de 2024.

ANDRESSA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA CAVALCANTE
Secretária Executiva do Conselho de Saúde do Distrito Federal

LUCILENE MARIA FLORÊNCIO PORTELA
Conselheira titular - Secretária de Estado de Saúde do DF

MAURÍCIO GOMES FIORENZA
Conselheiro suplente – Subsecretário de Atenção Integral à Saúde - SAIS

ARILENE DE SOUSA LUÍS
Conselheira titular – Assessora de Gabinete – GAB/SES

MÁRIO DUTRA AMARAL
Conselheiro suplente – Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciência da Saúde do DF/SES-DF

BÁRBARA DE ALBUQUERQUE BERÇOT
Conselheira titular – Fundação Hemocentro de Brasília - FHB

VANESSA ROCHA DA SILVA
Conselheira suplente – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU/DF

KARINE RODRIGUES AFONSECA
Conselheira titular – Associação Brasileira de Enfermagem do Distrito Federal – ABEn-DF

MÁRCIO DA MATA SOUZA
Conselheiro suplente – Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal- SEDF

JÚLIO CÉSAR FLORÊNCIO ISIDRO
Conselheiro titular – Associação dos Especialistas em Saúde Pública da Secretaria de Estado de Saúde do DF do Distrito Federal – AES-SES/DF

HUMBERTO DE OLIVEIRA LOPES
Conselheiro suplente – Conselho Regional de Farmácia do DF – CRF/DF

FÁTIMA LÚCIA RÔLA
Conselheira titular – Associação dos Profissionais de Saúde Pública do Distrito Federal – Clube da Saúde

TIAGO SOUSA NEIVA
Conselheiro titular – Associação Médica de Brasília - AMBr

JOSIANE ALVES JACOB
Conselheira titular – Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Distrito Federal – SINDATE-DF

STELLA DOS SANTOS RODRIGUES KRAUSE
Conselheira titular – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde – SINDSAÚDE/DF

JEFFERSON DE SOUSA BULHOSA JÚNIOR
Conselheiro suplente – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde – SINDSAÚDE/DF

MARCOS MOURA SANTOS
Conselheiro titular – Sindicato dos Médicos do Distrito Federal – SindMédico - DF

CARLOS ROBERTO DE SOUZA FILHO
Conselheiro suplente – Sindicato dos Biomédicos do Distrito Federal – SINDBIOMÉDICOS/DF

WENDEL TEIXEIRA SANTOS
Conselheiro titular – Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal - SODF

MARÔA SANTIAGO GOMES
Conselheira suplente – Conselho Regional de Enfermagem do Distrito Federal – COREn-DF

LUÍS CARLOS MACEDO FONSECA
Conselheiro suplente – Associação Brasília Inclusiva e Direitos Sociais - ABIDS

ENÓQUIO SOUSA ROCHA
Conselheiro suplente - Associação dos Deficientes do Gama e Entorno - ADGE

RAIMUNDO FERREIRA DA SILVA
Conselheiro titular – Associação e Casa do Hemofílicos do Distrito Federal

DARLY DALVA SILVA MÁXIMO
Conselheira titular – Associação dos Cidadãos Solidários aos Movimentos Populares – CMP/DF

MICHEL PLATINI GOMES FERNANDES
Conselheiro titular - Aliança Nacional LGBTI

BIANCA COELHO MOURA
Conselheira suplente – Grupo de Apoio às Mulheres Atingidas pela Hanseníase - GAMAH

RAIMUNDO NONATO LIMA
Conselheiro titular – Movimento Integrado de Saúde Comunitária Distrito Federal – MISMEC/DF

LARISSA BEZERRA DASILVA DA CUNHA
Conselheira titular – Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brasília

MÍRIAM MARQUES NERY
Conselheira suplente - Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brasília

LARISSA SOUZA HOLANDA PEREIRA
Conselheira titular – Distrito DRAG

JOÃO ELIAS LIMA ARAÚJO
Conselheiro titular – Associação Brasiliense de Combate à AIDS – Grupo Arco-Íris

LUCAS CARVALHO SILVA
Conselheiro suplente – Cooperativa Central Base de Apoio do Sistema Ecosol no Distrito Federal Base Brasília LTDA – ECOSOL BASE BRASÍLIA